

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Educação pela inclusão
Um Projeto de Intervenção para Jovens em Risco

Ana Rita Marques Antunes

Trabalho Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Educação e Sociedade

Orientador:

Professor Doutor Pedro Abrantes

Professor Auxiliar da Universidade Aberta

Professor Convidado do ISCTE-IUL

Setembro, 2017

AGRADECIMENTOS

Um muito obrigada ao Professor Doutor Pedro Abrantes por ter aceite o meu pedido como orientador, por me ter orientado nesta etapa tão importante do meu percurso académico, e sobretudo, por ter acreditado em mim, no meu projeto e aconselhado sempre a fazer melhor.

Obrigada à Professora Doutora Teresa Seabra por todos os conselhos e apoio neste meu percurso académico.

Agradeço em especial à colega Alexandra Portela que foi uma pessoa fundamental no meu percurso académico, pela paciência, pelas palavras e pelo carinho demonstrado.

Ao Animador Sociocultural, João Cruz, pelo tempo despendido, pela troca de ideias e conhecimentos, na recolha de toda a informação necessária, por me ter acolhido e estando sempre disponível para me ajudar.

Aos jovens da AUGI, que me receberam e acolheram da melhor forma.

Ao Angelo, à minha prima Joana, à Mafalda e à Melissa que sempre acreditaram e apoiaram este percurso, que estão e estarão sempre comigo.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, por me terem dado esta oportunidade e por me terem apoiado ao longo deste percurso.

Obrigada!

RESUMO

Com o presente projeto de intervenção pretende-se, de alguma forma, intervir perante a população inserida na Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) de Santa Marta de Corroios. Sendo este projeto o resultado de um levantamento das necessidades da AUGI, de modo a consciencializar a população inserida para a promoção da qualidade de vida dos mesmos, de modo a inserir diversas faixas etárias no projeto, contudo, o foco principal é direcionado para os jovens.

A população desta AUGI é maioritariamente jovem, sendo que os residentes possuem um nível de escolaridade muito baixo e uma taxa de abandono escolar elevada. Muitos dos residentes do Bairro encontram-se desempregados e outros possuem trabalhos não declarados, devido à falta de documentação.

Este projeto terá como destaque em duas áreas: educação/formação e saúde e bem-estar, de forma a sensibiliza-los para problemas futuros, sempre com factos reais para assim se tornar digno e sensibiliza-los para um futuro melhor.

Palavras chave: AUGI, educação, inclusão, animação sociocultural, futuro, expectativas.

ABSTRACT

With the present intervention project we intend to intervene in some way with the population included in the Illegal (AUGI) in Santa Marta de Corroios. This project is the result of a survey with the needs of Illegal Urban Genesis Area ,AUGI, in order to raise the awareness of the inserted population to promote the quality of life, to insert different age groups in the project, however, the focus is directed to young people.

The population of this AUGI is mostly young, with residents with very low level of schooling and a high drop out rate. Many of the residents of the neighborhood are unemployed and others have undeclared work, due to the lack of documentation.

This project will focus on two areas: education / training and health and well-being, to sensitize them to future problems, always with real facts to become dignified and sensitize them to a better future.

Keywords: Urban Areas of Illegal Genesis (UAIG), education, inclusion, sociocultural animation, future, expectations.

ÍNDICE

Índice de quadros	7
Glossário de siglas	8
Introdução	9
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL	11
1.1. Diagnóstico de necessidades e/ou interesses	11
1.2. Caracterização da AUGI	15
1.3. Caracterização do público-alvo	17
1.4. Caracterização da problemática	17
1.5. Objetivos e finalidade de intervenção	17
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
2.1. A Realidade das AUGI	19
2.2. Pobreza, baixas qualificações e desemprego	20
2.3. Políticas de integração de imigrantes	23
2.4. Educação formal, educação não formal e educação informal	24
2.5. A Animação Sociocultural	25
CAPÍTULO III - O PROJETO	28
3.1. Objetivos e finalidade	28
3.2. Planificação / ações	29
3.3. Avaliação	34
3.4. Desafios e continuidades	36
Considerações finais	37
Referências bibliográficas	39
Anexos	42
Anexo A: Entrevista semiestruturada ao Animador Sociocultural	42
Anexo B: Focus Group às crianças e jovens do centro comunitário	42
Curriculum Vitae	43

Índice de Quadros

Quadro 1 – Análise Swot	14
Quadro 2 – População residente em risco de pobreza ou exclusão social	21

Glossário de Siglas

ACM – Alto Comissário das Migrações.

AS – Animação Sociocultural.

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal.

PEM - Plano Estratégico para as Migrações.

INTRODUÇÃO

INE (2009), as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) são,

“Área correspondente aos prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 400/84 de 31 de dezembro e que nos respetivos planos municipais de ordenamento do território estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável.”

Este efeito surge no início da década de 60, a falta de desenvolvimento de diversos países levou a um forte fluxo de imigração na procura de melhores qualidades de vida, por outro lado, este efeito surge de uma forma acelerada nas áreas metropolitanas.

Estes bairros desenvolveram-se através de métodos individuais, resultando em AUGI com problemas e carências a diversos níveis, sem respeitar modelos e apresentando uma tipologia específica, aspetos que prejudicam a qualidade de vida das populações.

É de referir, que devido a estas carências, a população residente na AUGI, tendem a enfrentar a vida com múltiplos obstáculos, relativamente ao desemprego, baixos rendimentos, habitações com má condições, carência nos cuidados de saúde, taxas de qualificações de escolarização relativamente baixas e são excluídos, facilmente, das atividades económicas, sociais e culturais.

É de referir que, perante estes factos, estas áreas merecem uma especial atenção, no sentido de encontrar respostas eficientes às necessidades do mesmo e à promoção de qualidade de vida das suas populações. Desta forma, a vontade de conhecer outros modos de vida, outros objetivos, constitui uma motivação pessoal para a realização desta intervenção, de modo a minimizar possíveis acontecimentos futuros e consciencializa-los para um futuro melhor.

O projeto de intervenção tem como finalidade consciencializar estas crianças e jovens para um futuro ambicioso e a integração das mesmas na sociedade, de forma a inculcar bases para solucionar problemas existentes a nível escolar, laboral e social. Através de uma educação baseada em factos reais, será um incentivo para que estas crianças e jovens se sintam confiantes para continuar a lutar pelos seus sonhos, porém, os

respetivos pais poderão, também, assistir de forma a sensibilizar os mesmos para hábitos escolares e de saúde e bem-estar.

Neste projeto o primeiro capítulo destina-se a apresentação do diagnóstico desenvolvido no bairro social de Santa Marta, onde através do diagnóstico das necessidades veio, posteriormente, definir todo o plano de intervenção.

No segundo capítulo será abordado o enquadramento teórico, toda a contextualização bibliográfica, de modo a enfatizar todo o projeto, abordando a temática do mesmo.

Por último, no terceiro capítulo, será apresentado o projeto, com os seus objetivos e finalidades.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL

1.1- Diagnóstico das necessidade e/ou interesses

O projeto, como referido anteriormente, pretende ser implementado na AUGI de Santa Marta de Corroios, inicialmente será necessário realizar-se uma caracterização de toda a população juvenil, de forma a justificar a aplicação do projeto neste local.

O diagnóstico foi desenvolvido com as crianças e jovens residentes do bairro, visto que o mesmo tem uma dimensão relativamente pequena, com idade compreendidas entre os 6 e os 18 anos, juntamente a um responsável da Associação local, que ajudará a compreender aspetos cruciais para o desenvolvimento do projeto de intervenção.

Sendo que se verifica uma necessidade de intervenção, para incentivar os jovens a um futuro com objetivos e projetos de vida, visto que a taxa de escolaridade dos antecedentes destes jovens é maioritariamente baixa, por diversos motivos, sendo que esta intervenção pode ser uma ajuda para mudar mentalidades, modos de vida, de forma a intervir no combate a comportamentos de risco, dissolver muros afetivos e incutir o espírito de interajuda ente todos.

É de referir, que a dimensão de análise e os indicadores, têm como base a dimensão das vivências juvenis, dividido em várias categorias, a ocupação de tempos livres, participação associativa dentro e fora do bairro, práticas de atividade física, tendo como base vários indicadores, perfil de consumos culturais (a nível de hábitos e preferências) importância da educação/formação e de hábitos saudáveis, de maneira a minimizar comportamentos de risco; espírito de interajuda dentro e fora do bairro e perspectivas acerca da possibilidade de emprego de forma a perceber quais os objetivos e ambições destas crianças e jovens e, ainda, a participação familiar em ambos os fatores, educação/formação e de hábitos saudáveis.

Segundo Capucha (2011: 20) *“A produção do diagnóstico obedece, por um lado, a técnicas comuns de recolha e tratamento de informação características das ciências sociais, como o inquérito por questionário, a entrevista, a análise de dados estatísticos, a análise de conteúdo, ou a observação. Por outro lado, as metodologias de investigação-ação desenvolveram técnicas de participação dos agentes na produção de diagnósticos*

que nos fornecem elementos de grande importância para uma percepção mais fina das realidades com em que se atua.”

Segundo Guerra (2002, cit. Freire, 2013: 12), “(...) *um bom diagnóstico é garantia da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção. O diagnóstico das necessidades levanta a multiplicidade dos níveis sobre os quais se torna necessário aprofundar e inovar*”.

Esta fase inicial, de diagnóstico, está dividida por duas etapas. A estratégia metodológica a adotar, nesta primeira fase, foi intensiva/qualitativa, sendo este um estudo de caso, esta escolha deve-se ao facto de ser uma pequena dimensão e pretender compreender os modos de sociabilidade destes jovens, de forma a inculcar novas experiências, pretendo assim realizar uma análise mais intensa do bairro.

Na primeira etapa, foi desenvolvida uma análise de conteúdo na AUGI e pesquisa bibliográfica, para assim perceber em que aspetos, a qual, me posso focar mais. A análise de conteúdos tem como base documentos facultados pelo Centro Comunitário, considerado como um acesso fechado, visto que são artigos/documentos que apenas o centro suporta, e ainda, informações, a qual, o representante do centro poderá fornecer, relativamente ao (in) sucesso escolar, comportamentos ilegais, entre outras problemáticas que se tornem cruciais no futuro processo de intervenção. E, ainda, obter informação, a qual, já tenha sido desenvolvida perante outros projetos idênticos, de forma a alargar os meus horizontes. Contudo, a problemática a desenvolver na primeira fase foi, em contextualização bibliográfica: perceber a realidade de uma AUGI; o ponto de vista de diversos autores relativamente à pobreza, às baixas qualificações e ao desemprego; políticas de integração dos imigrantes face à chegada dos mesmos as AUGI's; educação formal, não formal e informal; e por último, o papel de um animador sociocultural junto destes jovens, visto que neste contexto torna-se importante o desenvolvimento de um projeto socioeducativo. Em contextualização com a informação do centro levará a compreender o que leva, os mesmos, em alargar os horizontes e consciencializa-los para futuros com objetivos e alternativas favoráveis.

A segunda etapa, tem como objetivo, interpretar o comportamento destes jovens, integrados na sociedade, de modo, a poder intervir em estratégias preventivas, através de um *focus group* às crianças e jovens, referidos anteriormente, visto que diversas crianças e jovens têm idades mais baixas e desta forma torna-se cativante para os mesmos, poderá surgir debate entre os mesmos; observação participante de modo a conhecer melhor a

rotina dos mesmos, por vezes fica algum ponto crucial esquecido, ou por vergonha não foi destacado no *focus group*, tornando assim a observação participante crucial antes da implementação do projeto; entrevista informal a um Animador Sociocultural do Centro Comunitário de Santa Marta de Corroios. A meu ver estes processos, são cruciais para o desenvolvimento deste projeto, visto que antes da implementação de um projeto de intervenção torna-se crucial uma análise profunda do público alvo e do meio envolvente.

Segundo Conceição (2016), as entrevistas

“permitem aceder a informação pormenorizada, sobre um leque alargado de aspetos, não observáveis diretamente; permitem a adaptação à linguagem dos inquiridos e o aprofundamento das respostas; permitem algum controlo do empenho dos entrevistados nas respostas”, como tal, também levanta pontos negativos, segundo a mesma autora, “não permite a inquirição de um número elevado de indivíduos, o que dificulta as generalizações; é processo moroso (no momento da realização da entrevista, na angariação de entrevistados, e no tratamento dos dados); a comparação das respostas pode ser mais difícil”.

Segundo Cruz (2017), através de uma análise estatística referente ao último ano letivo, o centro comunitário acompanhou 22 crianças e jovens, 10 do género masculino e 12 do género feminino, das quais apenas chumbou uma criança, sendo essa criança a que apresenta a taxa de assiduidade mais baixa. A opinião relativamente aos professores, os mesmos referem que o acompanhamento é fundamental para os mesmos, sendo que sem acompanhamento e apoio escolar das 22 crianças 10 não transitavam, dessas 10 crianças 5 são de famílias monoparentais.

O *focus group* foi desenvolvido com 10 crianças do Centro Comunitário, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, com ajuda do animador sociocultural, foi inicialmente realizada uma breve apresentação através de um quebra gelo cada criança apresentava o colega que estaria ao seu lado, posteriormente, realizou-se uma dinâmica onde cada criança dizia o que mais gostaria de ser no futuro e a opinião que sentem neste momento em relação à escola, no fim acabou-se por criar um pequeno debate entre todos, houve duas meninas que tiveram desde o início mais vergonha em falar, mas com o incentivo de todos conseguimos que ambas ingressassem na dinâmica e no debate. O que excitou mais interesses neste *focus group*, foi a presença de uma pessoa nova (eu), sem que deixassem explicar o meu papel, existiam muitas questões iniciais, se seria uma nova animadora, se iria substituir o animador, o que pretendia com estas informações, sempre

muito curiosos. O que me suscitou mais foi que cada vez que uma criança não conseguia dizer o que mais gostava de fazer no futuro, um amigo mais próximo dizia “*é ser veterinário porque gostas muito de animais*”, por exemplo, estas expressões revelam companheirismo e entreajuda entre estas crianças.

Por último, para enaltecer ainda mais o diagnóstico, realizou-se uma observação participante, visto que apesar da entrevista e do focus group, por vezes fica sempre algum ponto crucial esquecido, ou por vergonha não foi destacado, sendo assim a observação participante tornou-se crucial antes da implementação do projeto.

Segundo Conceição (2016), “*toma como terreno de pesquisa uma unidade social singular. Implica a presença continuada do investigador no terreno, com partilha do quotidiano, observação direta de situações, desenvolvimento de conversas informais, etc. Quase sempre pressupõe o apoio de um ou mais interlocutores privilegiados.*”

Em suma, através da análise do diagnóstico, foi formulada uma análise SWOT para definir as forças e fraquezas dentro da comunidade e as oportunidades e ameaças fora da mesma.

Quadro 1 – Análise Swot

	Forças	Fraqueza
Análise interna Bairro Social	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de sociabilidade entre os familiares, vizinhos e técnicos é favorável; - Localização geográfica; - Longos espaços verdes; - Hortas comunitárias; - Espaços exteriores para desenvolver atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de dinamizadores de bairro; - Casas sem saneamento e sem perspectivas de novo alojamento; - Alcoolismo e o tráfico de droga; - Doenças mentais não diagnosticadas; - Privação de documentação pessoal dos moradores; - Carência de projetos de integração para jovens; - Carência de um projeto definido para jovens de 6 aos 18 anos; - Inexistência de contributos através da Associação Local.

	Oportunidades	Ameaças
Análise externa Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de rede ativa de parcerias; - Aproveitamento sobre a mão de obra do bairro para a requalificação do mesmo; - Redes de sociabilidade com o exterior (cafés, coletividades, clubes desportivos) - Localização geográfica privilegiada (proximidade de inúmeros serviços). 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca ajuda perante as embaixadas do serviço de estrangeiros e fronteiras; - Ausência no contacto com os jovens com idades superiores a 18 anos; - Carência de atividades de integração dos moradores com a sociedade.

1.2 - Caraterização da AUGI

Após o diagnóstico apresentado torna-se crucial a caraterização do mesmo, a consciencializarmo-nos à realidade do mesmo.

O Bairro de Santa Marta de Corroios, é uma AUGI, mais conhecida por um bairro social, sem saneamento e sem perspectivas novo de alojamento, situado numa área privada, sendo que muitas das casas são designadas como barracas, dentro do mesmo, encontra-se um ferro velho, hortas comunitárias, um centro comunitário, um centro lúdico com creche, um campo de futebol e espaços verdes envolventes.

O Bairro é uma zona suburbana, segundo Cruz (2017), só serve de “*dormitório*”, as pessoas dormem lá, mas têm de se ausentar do bairro para poder exercer as suas competências profissionais. Visto que dentro do Bairro não existem postos de emprego.

Segundo Cruz (2017), este é um Bairro neutro, um bairro a qual não existem conflitos, é de referir que o mesmo durante o dia é calmo, não se encontra praticamente nenhum morador na rua e aqueles que se encontram são de uma faixa etária mais alta, contudo à noite é o inverso, as ruas permanecem mais agitadas, mas sem qualquer conflito.

A população do Bairro de Santa Marta é uma população relativamente jovem, onde os residentes possuem um nível de escolaridade muito baixo e uma taxa de abandono escolar elevada, contudo os jovens até completarem a escolaridade obrigatória são obrigados a frequentar a escola, por outro lado, o apoio do centro comunitário fundamental para os mesmos. Muitos dos indivíduos residentes na AUGI encontram-se desempregados e outros possuem trabalhos não declarados, segundo o mesmo, (2017).

É de referir que estes jovens abandonam a escola, pós a escolaridade obrigatória, por vezes por não terem condições suficientes para tal, e outras vezes por motivos pessoais. Alguns começam a entrar no mundo da criminalidade para poder ajudar/sustentar as suas famílias.

Este bairro engloba cerca de 150 a 200 famílias, ou seja, entre 600 a 700 pessoas, podendo referir que cerca de 100 são jovens, segundo Cruz (2017), havendo uma oscilação entre os números em cima supramencionados, por tratar-se de uma zona de dormitório.

Segundo Cruz (2017), este bairro conta com a ajuda da parte das Santa Casa da Misericórdia do Seixal, da Associação Unitária de Reformados Pensionistas e idosos do Seixal e dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G.

O Centro Comunitário envolvente na AUGI, é uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia do Seixal, sendo que o mesmo corresponde a três ações, o Centro Lúdico correspondente à creche, este, agrega crianças dos três aos cinco anos, tendo o ponto a favor que integra crianças dentro e fora do bairro, promovendo assim a inclusão social; a Ação Social e o Rendimento Social de Inserção que responsabiliza-se pelos moradores dentro e fora do bairro, ou seja, este departamento conta com um profissional na área do serviço social que desenvolve o seu trabalho dentro e fora do círculo redundante; Animação de bairro trabalha com crianças desde os 6 e os 12 anos, contudo procuram estratégias para englobar outros membros da comunidade mesmo que já ultrapassem a idade permitida, desenvolvem dinâmicas de grupo, trabalham temáticas/problemáticas existentes, praticam capoeira, judo, dança e ioga e ainda contam com visitas ao exterior, contam também com a parceria dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3G, de forma a promover a inclusão social da comunidade.

O centro comunitário engloba crianças e jovens até aos 18 anos, sendo que a predominância incide-se na faixa etária dos 6 aos 12 anos, muitos dos jovens deixam de frequentar o espaço, pois o mesmo não garante o acompanhamento de alguns destes jovens que perdendo o espaço de referência acabam nas ruas, é de referir que dentro desta comunidade existe um maior número de Cabo Verdianos, de seguida São Tomenses, Guineenses, uma minoria de Angolanos.

A AUGI conta, ainda, com o apoio da Associação de Moradores do Bairro: “Raízes do Bairro de Santa Marta”.

1.3 – Caracterização do público-alvo

Após a entrevista, do focus group e da observação participante chegou-se à conclusão que apesar desta AUGI ter diversas fraquezas a qual deveriam de ser alvo de intervenção, este projeto ganhará foco sobre as crianças e jovens, destina-se a um público específico com idades, compreendidas, entres os 6 e os 18 anos, público este que frequenta a animação de bairro, de forma a criar um projeto digno e de promover a integração social, laboral e escolar dos jovens, de forma a inclui-los na sociedade e prepara-los para um futuro próximo.

Destina-se a um grupo de 22 jovens, com distintas capacidades e com grande necessidade de apoio escolar, afetivo e social, com o intuito de não vergarem por caminhos desviantes no futuro.

Pretende-se não focar apenas o projeto só para este grupo específico, ou seja, tentar incentivar outros jovens a colaborarem, podendo mesmo ser de uma faixa etária mais elevada, mas incorpora-los como colaboradores, ou ajudantes nas atividades desenvolvidas, de forma a incluir todos de alguma forma no projeto.

1.4 – Caracterização da problemática

Problemática: A falta de integração social, laboral e escolar dos jovens, exclusão social, comportamentos desviantes, falta de oportunidade.

A necessidade de apoio para um futuro destes jovens é fulcral, denota-se que se os mesmos não forem acompanhados poderão seguir por comportamentos desviantes ou terminar no mundo da criminalidade.

Prepara-los/sensibiliza-los para os possíveis obstáculos/problemas a qual surgirão no futuro e de uma forma mais interventiva mostrar possíveis soluções para o problema.

1.5 – Objetivos e finalidade de intervenção

Este projeto de intervenção tem como finalidade consciencializar estas crianças para um futuro ambicioso e a integração das mesmas na sociedade, de forma a incutir bases para solucionar problemas existentes a nível escolar, laboral e social, de modo a não seguirem caminhos desviantes como o mundo da criminalidade e do tráfico.

Como referido já anteriormente este projeto destina-se aos jovens dos 6 aos 18 anos que frequentam o Centro Comunitário, contudo não deixando ninguém excluído,

será feito um apelo para que de alguma forma se consiga consciencializar mais faixas etárias, este projeto tem como objetivo:

- Integrar as famílias no processo de educação/formação:
 - Sensibilizar para os hábitos escolares.
- Promover ofertas de formação:
 - Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.
- Desenvolver competências pessoais:
 - Consciencializar para as aprendizagens diárias;
 - Promover a valorização pessoal;
 - Promover o respeito e a interajuda pelos outros;
 - Desenvolver o espírito de responsabilidade;
 - Consciencializar para os vários papéis sociais.
- Fomentar estilos de vida saudáveis:
 - Promover hábitos alimentares mais saudáveis;
 - Consciencializar para a importância do desporto.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 - A realidade das AUGI

O aparecimento das primeiras AUGI, mais conhecidas por bairros de construção clandestina, segundo Costa (2008), deu-se aproximadamente na segunda metade do século XX, sendo estes ainda restritos. O subdesenvolvimento destas AUGI, deve-se ao facto do fluxo migratório da população vinda para os centros de Portugal, Lisboa e Porto, à procura de melhores condições de vida e na procura de novas oportunidades.

Segundo Santos (2008), as construções eram realizadas durante a noite para que pudessem ser habitadas, de dia, e de forma a evitar a sua demolição. É de referir que estas habitações com infraestruturas mais básicas e maioritariamente precárias, com uma grande carência, com situações de poder económico baixo, improvisadas à medida dos recursos materiais disponíveis e sem equipamento que garantissem as condições mínimas de vida.

Existem fatores a quais qualificam um bairro, sendo que deveremos ter consciência que estes fatores não devem ignorar a diversidade dos bairros, ter consciência do interior e das estratégias sociais a que estes estão sujeitos, é de referir que Carvalho (2009, p. 14), engloba estes fatores como *“reagrupamento das redes sociais, tipo de família, nacionalidades e etnias, situação económica, ...”*.

Teresa Barata Salgueiro, (1997, p. 47), afirma que,

“Do ponto de vista social o bairro clandestino representa para algumas famílias a possibilidade de ter casa própria; muitas vezes é a única possibilidade de investimento de pequenos capitais, mesmo os ganhos com um tempo no estrangeiro. Para outras famílias, uma promoção, um estúdio mais evolucionado de habitar, para os que antes viviam na sublocação ou no bairro de lata e cujos aumentos de rendimento permitem o acesso às rendas das casas clandestinas.”

Segundo Carvalho (2009, cit. Amor e Moura, 2001), o que caracteriza, essencialmente, estas AUGI é a sua dimensão, o estado de degradação e a privação da história, sendo assim pertinente mencionar que estes fatores podem influenciar na construção de uma identidade positiva, levando a cabo, ao isolamento e ao sentimento de solidão.

Torna-se crucial definir o conceito do espaço real, Bairro de Santa Marta, a qual nos remete o estudo, os Bairros Sociais, diferem do conceito concreto de cidade. *“Um bairro é um espaço suburbano, é uma comunidade mais reduzida, com maiores laços de amizade/convivência. É um local, de construção de identidade. Um lugar que permite configurar as identidades das pessoas que lá residem, porque se reveste de significados culturais e de sentimentos de pertença. Um Bairro Social é uma comunidade que se sente ligada pelos seus laços culturais, onde todos se consideram uma família só”*. Segundo Cruz (2017).

2.2 - Pobreza, baixas qualificações e desemprego

Segundo a Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2001),

“(…) a pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”

Torna-se crucial referir que o conceito de pobreza é multidimensional, e vários autores definem-na como *“as condições têm de ser satisfeitas, ou com os recursos que são necessários para se ter acesso a um determinado padrão de vida”*, com referência a níveis e condições de vida, segundo Townsend, 1987; Machado et al., 2007; Bruto da Costa et al., 2008, cit por Perista e Baptista (2010, p. 40).

A pobreza pode ser classificada como relativa e absoluta, sendo que a relativa caracteriza situações de precariedade, um nível a baixo do nível de vida considerada pelo país ou região, de modo a lutarem para conseguirem atingir esse patamar e participar nas atividades económicas, sociais e culturais. A pobreza absoluta, refere-se a situações extremas, carência de bens alimentares, não possuir água potável, habitação condigna, escassez de roupas e/ou medicamentos, sendo obrigadas a lutar pela própria vida. Segundo, European Anti Poverty Network, (s.d.).

Torna-se crucial analisar dados reais de Pobreza em Portugal, segundo os dados do INE, sendo a ultima atualização realizada a 16 de maio de 2017, 25,1% da população residente em risco de pobreza ou exclusão social, 26,0% do género feminino e 24,1% do género masculino.

Quadro 2 - População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%) por Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento

Período de referência dos dados (1)	Local de residência		População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%) por Sexo e Grupo etário; Anual (2)					
			Sexo					
			HM		H		M	
			Grupo etário					
			Total					
			%		%		%	
2016	Portugal	PT	25,1		24,1		26	

Fonte: INE

É de referir, que o efeito da pobreza, leva com que os indivíduos tendem a encarar a vida com múltiplos obstáculos, relativamente ao desemprego, baixo rendimento, carência em condições nas habitações, carência nos cuidados de saúde, baixas qualificações de escolarização e são facilmente excluídos das atividades económicas, sociais e culturais. (European Anti Poverty Network, s.d.).

A pouca escolarização causa alguns constrangimentos/obstáculos e originar algumas barreiras perante os indivíduos, *“as transformações sentidas neste domínio afetam não só as empresas e as organizações, e o grau de desenvolvimento das sociedades, mas também as condições e trajetos de vida doa indivíduos”* (Ávila, 2007, p. 310), ou seja, a vida destes indivíduos acaba sempre condicionada devido a escolarização, o desemprego e as dificuldades à procura de novo emprego acabam por ser desesperantes, tal como, progredir na carreira, sendo que o cargo a cima exige mais escolaridade.

Segundo Ávila, 2007, p. 311,

“A ausência do diploma do 9º ano remete para segundo plano os restantes elementos curriculares e funciona como um filtro, ou barreira, que dificulta o acesso ao emprego desejado. (...) Mas não é apenas o acesso a um emprego que surge dificultado. Entre os que estão empregados, ou têm uma atividade por contra própria, as possibilidades reais de progressão na carreira, ou de inflexão do percurso profissional, são fortemente restringidas.”

Estes indivíduos sentem que por vezes que são discriminados, e olhados de lado por terem qualificações muito baixas, *“assim se percebe que os entrevistados procurem*

muitas vezes ocultar o grau devido, uma vez que a exposição dessa situação tende a condicionar, em seu entender, a imagem que os outros imediatamente constroem a seu respeito.” (Ávila 2007, p. 313)

Segundo Seabra, a igualdade de oportunidades escolares, começa quando igualam todos os alunos, sendo que estes tenham ensino garantido e as mesmas condições de ensino *“tudo igual para todos.”* (2010, p. 22)¹. A autora refere que só o princípio de igualdade de oportunidades não era suficiente para alcançar as dificuldades, e que os governos optam por uma nova perspectiva, sendo que a lógica de igualdade passa para a lógica de equidade, ou seja, estes pretendem dar mais valor a quem tem mais necessidades escolares, pois cada aluno que chega a escola tem diferentes níveis de aprendizagem. Estas medidas de igualdade de resultados, tinham como objetivo garantir que os alunos com classes sociais distintas, tivessem a mesma probabilidade de obterem sucesso escolar.

Os filhos de descendentes de imigrantes, sentem-se discriminados, por diferentes acontecimentos e acabam por se reservar mais, muitos destes jovens conseqüentemente acabam por recusar a participação nas aulas, *“calei-me”*, ou *“deixei de falar”*, estas são palavras ditas pelos entrevistados.

Como já referido anteriormente, a taxa de desemprego é um fator preocupante na atualidade, as baixas qualificações destes imigrantes levam a que os mesmos procurem caminhos ilegais de forma a conseguirem fontes de rendimento para sustentarem o seio familiar.

Segundo Sena (2013, p. 4), do desemprego é o *“estado de estar desempregado ou não envolvido numa ocupação com ganhos; ou como inatividade profissional involuntária, situação de não ter emprego”*.

É de referir que o desemprego tem revelado conseqüências a nível psicológico e social, sendo que o desemprego não incide só na vertente económica, quando um individuo não possui qualquer rendimento as conseqüências a longo prazo são devastadoras, segundo Serra (1999, cit por Campos, 2009).

2.3 - Políticas de integração de imigrantes

De modo a integrar toda a população na sociedade, houve a necessidade de criar políticas de integração de imigrantes, visto as grandes dificuldades que os mesmos teriam para enfrentar a grande crise económica existente no país a qual enfrentariam.

¹ Teresa Seabra neste ano realizou entrevistas a cinco famílias progenitoras de origem cabo-verdiana.

É de referir que existem diversos institutos públicos que abraçam a integração da população imigrante de forma a integra-los na sociedade sem discriminação, de forma a que tenham as mesmas possibilidades e transigência da população já inserida na sociedade, de seguida será apresentado as diversas instituições públicas juntamente com os seus planos de integração.

A ACM – Alto Comissário das Migrações disponibiliza serviços especializados em dar resposta às necessidades dos migrantes, conta com o apoio do Centro Nacional de Apoio à Integração de Imigrantes, linha de apoio a Migrantes, Serviço de Tradução Telefónica, Gabinetes de Inserção Profissional e Equipas de Terreno. Estes serviços através de mediadores interculturais prestam apoio fundamentalmente a nível escolar, laboral e social, de forma a procurar esclarecer e encaminhar os cidadãos migrantes para os diferentes níveis. Para além destes serviços especializados a ACM conta com um Plano de Integração de Imigrantes, já implementado um primeiro plano, a qual, foram superadas as expectativas, surgiu um segundo plano de forma a intervir em novas áreas, dando destaque, no primeiro plano (2007-2009) 1) acolhimento e integração das comunidades imigrantes; 2) promoção da integração com mais cidadania e afirmação dos direitos e deveres de cidadania; 3) promoção da igualdade de oportunidades; 4) afirmação do principio da interculturalidade; 5) a participação e a coresponsabilidade dos imigrantes e da sociedade civil pelas políticas de imigração. O segundo plano (2010-2013) pretendeu adotar novas áreas de intervenção, tais como: 1) favorecer a plena integração dos imigrantes; 2) assegurar o pleno respeito pelos direitos dos imigrantes; 3) promover a coesão social e a igualdade de oportunidades; 4) favorecer o diálogo intercultural.

Perante o Migrant Integration Policy Index (MIPEX), Portugal obteve boas qualificações a nível das políticas de integração de migrantes, sendo que o mesmo avalia as políticas de 40 países, estado Portugal considerado um dos melhores a praticar medidas de integração.

Após a implementação dos dois Planos de Integração de Imigrantes, surgiu a implementação de um novo PEM - Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), devido ao facto, da taxa de emigrantes aumentar em Portugal, tendo como estratégia incentivar a industria para o crescimento e o emprego, bem como a “*Abordagem global para a migração e mobilidade*” definida pela Comissão Europeia, dando destaque aos imigrantes e emigrantes.

O PEM apresenta cinco eixos prioritários, tais como, I) Políticas de integração de imigrantes; II) Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; III) Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; IV) Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; V) Políticas de reforço da ligação, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

2.4- Educação formal, não formal e informal

O avançar do conhecimento mostrou-nos que o desenvolvimento de competências pode ser adquirido em diversos contextos: formal, não formal ou informal, sendo que as aprendizagens podem ser mais eficientes nuns contextos que noutros.

Torna-se relevante referir que a base da definição destes três conceitos é equivalente para diversos autores, contudo torna-se crucial a comparação de diversos autores.

Segundo Pinto (2005), reconhece que a educação formal rege o ensino “tradicional”, ou seja, o modelo de ensino das escolas e/ou universidades, centradas na imagem do professor e do aluno, sendo este ensino obrigatório. Para o autor a educação informal é o que se aprende intuitivamente a partir do meio envolvente, por exemplo: das pessoas com quem nos relacionamos, dos programas televisivos, dos livros que lemos, das experiências vividas, ou seja de forma informal sem que seja organizado ou programado, “*de alguma maneira, a educação informal confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos*” (p. 4). Por último, a educação não formal, segundo o mesmo, é uma educação com um processo de aprendizagem social fora de todos os contextos formais, escolas, colégios e instituições, centra-se no formando/educando através de atividades extracurriculares sendo que completam as atividades centradas na educação formal.

Trilla (1993), identifica a educação formal ao ensino regular, a não formal aos processos educativos adquiridos fora do contexto escolar e a informal às aprendizagens adquiridas em contexto de socialização: família, amigos, comunidade.

Gohn, (2006), sente a necessidade de distinguir as diferenças entre estes três conceitos, na educação formal quem educa são os professores ou profissionais da educação, tendo como objetivo o ensino-aprendizagem com conteúdos tradicionalmente sistematizados, é de referir, que a educação formal requer horários e locais específicos,

formadores especializados, atividades organizadas, disciplina, órgãos superiores, entre outros, organizados por níveis de conhecimento, tendo o objetivo de certificação e atribuição de diplomas, de forma a adquirir níveis e graus mais elevados. No âmbito da educação informal o educador, não se adequa a um profissional da educação, não é organizada por níveis, idades ou conteúdos, não necessita de local próprio, sendo que segue as trajetórias da vida dos grupos e/ou indivíduos dentro e/ou fora do contexto escolar. É de referir, que a principal intencionalidade da educação não formal é a participação, a aprendizagem e a troca de saberes. Na educação informal, a aquisição de conhecimentos transmite-se por redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação. Os locais são marcados pela naturalidade dos ambientes, onde as relações sociais se explicam segundo grupos de pretensa, neste sentido, desenvolve-se hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de expressar segundo os valores e crenças do grupo, de modo, a atuar a nível das emoções e dos sentimentos, destina-se a um processo duradouro e não organizado.

Face ao projeto de intervenção a desenvolver, a educação informal é a que mais se adequa, sendo a que melhor caracteriza a Animação Sociocultural (AS), pois esta beneficia *“mais os efeitos do que as intenções, enfatizando as modalidades de autoformação, de ecoformação e de heteroformação entre pares”*, segundo Canário, (2000, p. 80).

2.5 - Animação Sociocultural

A AS tem como principal cuidado os interesses dos indivíduos, contribuindo para um conjunto de ações que promovem o seu próprio desenvolvimento e para a sua autonomia em vários níveis: psicológico, afetivo, social, religioso, político e cultural, de forma a desafiar os indivíduos à participação ativa com uma atitude antiautoritária, segundo Alegre (2010).

Jardim (2003, p.16), afirma que

“A animação proporciona uma resposta qualificada à busca de vida animada quando é entendida como método de intervenção social, cultural e formativo”

Segundo o estatuto do Animador Sociocultural criado pela a UNESCO (1997), animação é

“...um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa, bem como a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que (os indivíduos) estão integrados”.

Segundo a mesma (1997),

“os Animadores Socioculturais são agentes ou atores sociais por excelência de animação tendo um papel semelhante ao do educador ou organizador, tendo como principal objetivo favorecer uma comunicação individual ou grupal, isto para que a sociedade tome consciência da situação em que vive.”

Segundo Gaspar (1976, p.5), a animação não são atividades de lazer ou de modo a animar grupos ou um indivíduo, pelo contrário é um trabalho constante com comunidades e populações com o intuito de resolver os seus próprios problemas ou carências. *“... a animação sociocultural não é um discurso para convencer as pessoas, não é passar filmes às populações, não é criar uma discoteca para os jovens ouvirem discos e dançar. A animação é criar condições para que o grupo, as populações ganhem em si mesmas confianças e vivam os seus problemas e os reflitam em grupo para os resolver...”.*

De acordo com Trilla (2004, p. 26), as ações realizadas pelos animadores perante um indivíduo, grupos ou instituições numa comunidade, têm o principal objetivo de *“promover nos seus membros uma atitude de participação ativa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural”*. Podendo assim referir, que o principal intuito da AS não é distrair os seus membros, mas sim torna-los membros ativos no seu próprio desenvolvimento cultural e social.

A AS, segundo alguns autores, é considerada um instrumento de educação não formal, visto que a intervenção educativa é um suplemento à instituição educativa, sendo fundamental para a resolução de problemas concretos a qual a comunidade de insere (Broncano, 1986).

Contudo, é de referir a opinião de outro autor, Lopes (2006), sendo que o mesmo engloba a AS na educação formal, educação não formal e educação informal, com diferentes objetivos: nos contextos de educação formal, o autor identifica-a *“(...) como um meio para motivar, complementar, articular saberes e potenciar aprendizagens*

envolventes”. Na educação não formal, o autor associa “(...) à ideia de uma educação em sentido permanente e atinente com o ciclo da vida da pessoa”. Na educação informal, a AS é relacionada à educação popular, sendo capaz de promover “*educação comunitária, educação para a saúde, educação intercultural e para o ócio e tempo livre*” (Lopes, 2006, p. 6 e 7).

Segundo o mesmo autor, a AS serve para,

“a partir de projetos e programas previamente elaborados e participados por todos, responder às necessidades mais elementares das pessoas e, assim, constituir um método que leva as pessoas a autodesenvolverem-se e, conseqüentemente, a reforçarem os laços grupais e comunitários. A «Animação Sociocultural serve, para além de outras coisas, para tornar os seres humanos mais conscientes, críticos, solidários, participantes comprometidos com o seu/nosso mundo” (Lopes. S. M. 2012, cit. Carvalho, p. 61).

CAPÍTULO III

PROJETO

3.1 – Objetivos e Finalidades

Recordando o que já foi referido anteriormente, este projeto tem como finalidade consciencializar os jovens para um futuro ambicioso e a integração destas crianças na sociedade, de forma a inculcar bases para solucionar problemas existentes a nível escolar, laboral e social, de modo a não seguirem caminhos desviantes como o mundo da criminalidade e do tráfico.

Tendo como base os objetivos gerais:

- Integrar as famílias no processo de educação/formação;
- Promover ofertas de formação;
- Desenvolver competências pessoais;
- Fomentar estilos de vida saudáveis.

A estratégia de aproximar a vida real com a comunidade, deve-se ao facto do diagnóstico apresentado e da bibliografia estudada darem a mostrar uma necessidade de intervenção socioeducativa, sendo uma forma de cativar, ainda mais, estes jovens. Vendo outras perspetivas, outros modos de vida, cativando para a possibilidade de lutarem pelo mais desejado com objetivos concretos, sendo fundamental desenvolver dinâmicas a nível cognitivo, social, laboral e pessoal, bem como a promoção de estilos de vida saudáveis.

O facto do projeto incidir nas crianças e jovens do Centro Comunitário, existem também dinâmicas a qual abrange toda a comunidade, de forma incluir mais pessoas dentro da comunidade no projeto, sensibilizando os familiares dos mesmos para estes factos, de modo, a que os mesmos sejam um pilar de incentivo para o futuro.

Torna-se crucial perceber que este projeto pretende cooperar no desenvolvimento integral das crianças e jovens, promovendo competências sociais, pessoais e laborais, enriquecendo os comportamentos e estratégias de socialização, bem como adotar métodos que lhes permitam lidar com diversas situações do quotidiano para um futuro enriquecedor.

A influência da comunidade familiar e dos estilos parentais são fulcrais na fase da adolescência, dependendo muitas vezes do sucesso das crianças e jovens nas diversas competências, pessoal, social e laboral. As praticas sociais e o suporte emocional e social

torna-se fundamentais para um menor envolvimento em comportamentos de risco e caminhos desviantes.

Este projeto está dividido em duas ações, a primeira ação destinar-se-á à oficina da aprendizagem, tendo como principal foco o processo de educação/formação. Cada ação será desenvolvida uma vez por semana, ou seja, ocupará a terça-feira de cada semana. Nesta ação teremos a oportunidade de assistir a uma palestra demonstrada por um adulto rapper, nascido e criado numa habitação social, sendo que neste momento já apresenta no seu currículo uma licenciatura em Sociologia do Trabalho, é representante de uma Associação Local e ainda desenvolve projetos no âmbito da ação social, sendo este um exemplo real de incentivo para que estas crianças se sintam confiantes para continuar a lutar pelos seus sonhos, sendo importante referir, que nesta palestra serão convidados as crianças e os respetivos pais, de forma a sensibilizar os mesmos para hábitos escolares.

Desta forma, após esta palestra, destaca-se um dia por semana para desenvolver dinâmicas de aprendizagem a nível escolar e pessoal, nestas dinâmicas destaca-se o facto de alguns dos jovens, em entrevista, destacarem o gosto pela medicina e pelos animais, ou seja, uns gostavam de seguir a vertente da medicina e outros a vertente veterinária, um foco interessante será a presença de um profissional na área, deslocar-se à AUGI dando assim o seu parecer profissional.

3.2- Planificação / Ações

Ação 1: Oficina da aprendizagem

“Imagina um futuro melhor”

Esta palestra consiste em cativar as crianças e os respetivos familiares a um futuro melhor, a um futuro com objetivos. Será convidado um adulto, que tenha nascido e crescido numa habitação social ou AUGI, mas que nunca desistiu dos seus objetivos e no seu currículo já engloba uma licenciatura, e que neste momento é um dos representantes de uma associação local.

Objetivos: Sensibilizar para os hábitos escolares, a nível dos jovens e dos respetivos familiares.

Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.

Recursos Humanos: Ator de intervenção, as crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18) e os respetivos familiares.

Recursos Materiais: Sala do centro comunitário.

Orçamento: 25€ de custo para o ator de intervenção, custos de deslocação.

“As profissões”

Esta dinâmica auxilia, sobretudo para alargar os horizontes destas crianças, de modo a pensarem num futuro próximo a nível profissional, demonstrando que existem diversas profissões e que todas têm a sua relevância. O grupo será dividido em dois, cada grupo com um representante. Existirá um saco com vários papeis com diversas profissões, o representante terá de escolher um papel e representar ou descrever a profissão sem dizer o nome, durante 30s. No final, em forma de debate, todos poderão dar a sua opinião sobre as profissões e qual gostariam de ser no futuro.

Objetivos: Sensibilizar para os hábitos escolares.

Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.

Recursos Humanos: O animador e as crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18).

Recursos Materiais: Sala do centro comunitário, saco, papeis com as profissões.

Orçamento: 35€ de custo para o animador sociocultural.

“Uma visita ao doutor”

Será convidado um adulto, voluntariado, que tenha nascido e crescido numa habitação social ou AUGI, mas que nunca desistiu dos seus objetivos e que neste momento já exerça a sua profissão. Vestido a rigor, transmite outra realidade a estes jovens, captando todas as atenções.

Objetivos: Sensibilizar para os hábitos escolares.

Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.

Recursos Humanos: Ator de intervenção e as crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18).

Recursos Materiais: Sala do centro comunitário e acessórios de medicina (facultados pelo voluntário).

Orçamento: 25€ de custo para o ator de intervenção, custos de deslocação.

“Veterinário”

Será convidado um adulto, que tenha nascido e crescido numa habitação social ou AUGI, mas que nunca desistiu dos seus objetivos e que neste momento já exerça a sua profissão. Vestido a rigor e executando um check-up ao animal (cão) do centro comunitário, transmite outra realidade a estes jovens, captando, assim, todas as atenções.

Objetivos: Sensibilizar para os hábitos escolares.

Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.

Recursos Humanos: Ator de intervenção e as crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18).

Recursos Materiais: Sala do centro comunitário e acessórios de veterinário (facultados pelo voluntário).

Orçamento: 25€ de custo para o ator de intervenção, custos de deslocação.

A segunda ação, destinar-se-á à oficina da saúde e bem-estar, contará também com a presença de um adulto, mas desta vez ao nível do desporto, saúde e bem-estar. Este nasceu e foi criado, também, numa habitação social ou AUGI, devido ao seu prestígio no futebol decidiu seguir pela área do desporto, é de referir que alguns dos jovens entrevistados no bairro mencionaram que um dos seus sonhos era ser jogador de futebol, como nem sempre é fácil conseguir uma carreira profissional no futebol esta é uma forma de incentivo a estes jovens darem continuidade nos estudos ligados ao desporto, dentro do desporto segue-se o modelo de alimentação saudável e estilos de vida saudáveis.

Esta ação conta com desportos adaptados de forma a consciencializa-los para às limitações de cada um, inculcar o espírito de ajuda e o respeito pelo próximo. E foca também na alimentação, de forma a sensibiliza-los para os cuidados que deveriam ter com alimentação, prevenindo, assim, casos de doenças precoces, e consciencializa-los para os

riscos do álcool e consumos de droga. Cada ação será desenvolvida uma vez por semana, ou seja, ocupará a quarta-feira de cada semana.

Ação 2: Oficina da saúde e bem-estar

“Imagina um futuro saudável”

Esta atividade consiste em aliciar as crianças e os respetivos familiares a uma vida saudável, com hábitos alimentares saudáveis. Será convidado um adulto, que tenha nascido e crescido numa habitação social ou AUGI, mas que nunca desistiu dos seus objetivos e no seu currículo já engloba cursos em desporto, é instrutor fitnesses, que abordará a importância da nutrição e abordará diversos desportos.

Objetivos: Sensibilizar para os hábitos escolares, a nível dos jovens e dos respetivos familiares.

Consciencializar para a importância dos processos de educação/formação.

Recursos Humanos: Ator de intervenção, as crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18) e os respetivos familiares.

Recursos Materiais: Sala do centro comunitário.

Orçamento: 25€ de custo para o ator de intervenção, custos de deslocação.

Campeonato de Boccia

De forma a desenvolver a psicomotricidade destas crianças, o espírito de equipa, concentração e a competitividade será desenvolvido um campeonato de Boccia, um jogo adaptado, de forma a consciencializa-los para as diferenças sociais, de forma de campeonato será feito um jogo por semana, no mínimo 3 jogos, de forma a criar a competitividade.

Objetivos: Desenvolver a psicomotricidade nestas crianças;

Estimular a concentração;

Desenvolver o espírito de grupo e de competição,

Consciencializar para a importância do desporto.

Recursos Humanos: As crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18) e um animador como orientador.

Recursos Materiais: Kit Boccia.

Orçamento: 20€ (kit boccia) e 35€ de custo para o animador sociocultural.

“O desconhecido”

Esta será uma dinâmica que dá continuidade ao campeonato de boccia, de forma a continuar com as dificuldades que poderão ser apresentadas no futuro e principalmente para sensibilizar para vários problemas da sociedade, com intuito de despertar a confiança de cada criança perante os outros. O animador separa o grupo por duplas, sendo que uma criança da dupla terá de ter os olhos vendados, e a que não tem os olhos vendados terá de percorrer um caminho sem que não podem ir contra os obstáculos de forma a ganhar confiança.

Objetivos: Despertar a confiança perante os outros.

Estimular a concentração;

Desenvolver o espírito de grupo e de competição.

Recursos Humanos: As crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18) e um animador como orientador.

Recursos Materiais: Cadeiras e mesas.

Orçamento: 35€ de custo para o animador sociocultural.

Pavilhão do Conhecimento

De modo a evidenciar o estilo de vida saudável com a prática desportiva de uma forma mais realista, decorrerá uma visita de estudo ao Pavilhão do Conhecimento em Lisboa, à exposição “Espinafres & Desporto”, esta exposição conta com três espaços: cozinha, parque e fitness, sendo que em cada zona poderão experimentar vários módulos interativos, tendo como grande destaque, a atividade física e o corpo humano.

Objetivos: Promover hábitos alimentares mais saudáveis.

Consciencializar para a importância do desporto.

Recursos Humanos: As crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18), o animador sociocultural e um representante do centro comunitário como orientadores.

Recursos Materiais: Carrinha fornecida pela Santa Casa da Misericórdia do seixal.

Orçamento: 70€ (3,50€ cada bilhete de entrada, oferta dos dois responsáveis).

“Os cozinheiros”

De forma a dar continuidade à visita ao Pavilhão do conhecimento, desenvolver-se-á uma dinâmica, com as crianças, onde colocaram a experiência vivida em prática. Será preparado um lanche convívio saudável. Serão as crianças a preparar o lanche, com a ajuda dos animadores e toda a comunidade será convidada para o pequeno convívio.

Objetivos: Promover hábitos alimentares mais saudáveis.

Recursos Humanos: As crianças do centro comunitário (dos 6 aos 18), um animador como orientador e familiares que pretendam comparecer.

Recursos Materiais: Alguns alimentos fornecidos pelos animadores e centro comunitário.

Orçamento: 20€ para alimentos e 35€ de custo para o animador sociocultural.

3.3 - Avaliação

A avaliação passará por distintas etapas, analisar os objetivos, os indicadores, as metas, metas a curto, médio e longo prazo, e por último o método de avaliação, de forma a clarificar a relevância do projeto implementado e dar resposta aos elementos principais do projeto, tais como, porquê; para quê; como; quanto; quando; a quem; com quem; com o quê.

Para Ketele (1984), cit. Serrano (2008, p., 83), avaliar significa, “*examinar o grau de adequação entre um conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados ao objetivo fixado, com o fim de tomar uma decisão*”.

Segundo Rivière (1989), cit. Serrano (2008, p 84)., “*a avaliação é o processo de estabelecer um juízo de valor sobre um objeto, com vista a uma ação, em função da obtenção e interpretação sistemática de dados ou provas sobre este objeto*”.

A avaliação utilizada por projetos de intervenção sociocultural, segundo Cembranos (1988), cit. Serrano (2008) será de forma a receber um feedback sobre as intervenções e os programas, de modo, a progredir e melhorar; e sobretudo, se existirem atividades financiadas com fundos públicos, à priori, informar os contribuintes os resultados, de forma a enaltecer os fundos recebidos.

Os indicadores destacar-se-ão perante cada objetivo geral, a identificação, dos mesmos, torna-se crucial na medida em que evidência como os objetivos serão alcançados e os resultados previamente definidos, no âmbito da execução da intervenção. Para tal, torna-se relevante identificar os indicadores deste projeto:

- Integrar as famílias no processo de educação/formação:
 - Percentagem de familiares do grupo alvo que integraram da primeira para a segunda atividade intergrupala.
- Promover ofertas de educação/formação:
 - Classificações obtidas na escola do ano anterior para o exato momento.
- Desenvolver competências pessoais:
 - Desenvolvimento na capacidade de socialização entre pares ou com outras faixas etárias.
- Fomentar estilos de vida saudáveis:
 - Valorização sob alimentação, sob o desporto e adoção de hábitos de higiene.

De seguida, quais as metas a serem alcançadas, estas serão divididas em três, curtas, médias e longo prazo. A referência às metas surge, de forma, a que os objetivos sejam quantificados, ou seja, de modo a explicitar o que se pretende atingir neste projeto.

Metas a curto prazo:

- Sensibilizar, pelo menos 60% dos familiares para as iniciativas de processos de educação/formação e processos de vida saudável.
- Sensibilizar, pelo menos 80% dos jovens para as iniciativas de processos de educação/formação e processos de vida saudável.

Metas a médio prazo:

- Aumentar, ao ano, 10% a participação ativa dos familiares na vida escolar dos seus educandos.

- Aumentar, trimestralmente, no fim de cada período escolar 20% das qualificações.

- Aumentar, semanalmente, 25% dos hábitos de vida saudáveis.

Metas a longo prazo:

- Ampliar, pelo menos, 45% 1 a 2 anos após o projeto as aspirações futuras destas crianças e jovens.

Por último as avaliações, de modo a perceber se as metas foram alcançadas:

- Avaliar a presença dos familiares e das crianças e jovens nos processos de educação/formação, através de entrevistas informais.

- Avaliar os resultados escolares das crianças e jovens e as práticas desenvolvidas, através de entrevistas informais.

- Avaliar os hábitos alimentares, desportivos e os estilos de vida saudáveis, através de questionários.

- Avaliar o resultado e as aspirações futuras destes jovens, através de questionários, de modo a que possam escrever as avaliações de todos os anos.

3.4 – Desafios e continuidades

Perante a atualidade atual, torna-se crucial, uma forte intervenção a nível desta área, devido à grande crise, os jovens abandonam a escola para arranjar dinheiro para se sustentarem, seja de forma legal ou ilegal, sendo assim relevante um acompanhamento tanto a nível escolar, laboral e social. Tendo como foco principal presenciar a realidade com os próprios olhos, dando a conhecer novos horizontes.

Cativar estes jovens para um futuro melhor é o fundamental, sensibiliza-los para a importância de cada um perante a sociedade, provando que o esforço e a luta são sempre recompensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As AUGI respondem a necessidades específicas como visto anteriormente, baixos rendimentos, baixas qualificações, privação de outras habitações, sobrelotação, falta de condições de higiene e de habitação. Estas áreas aglomeram situações complexas que obrigam a um acompanhamento personalizado e continuado por parte de diversas entidades, contudo, sabe-se que em consequência à redução de postos de emprego a garantia de acompanhamento é reduzida.

Ao logo do levantamento das necessidades, encontrou-se famílias com um conjunto de problemas relativamente à situação económica, ao cumprimento de responsabilidades, problemas mentais não diagnosticados, alcoolismo e tráfico de droga, correspondendo a famílias destruídas. No entanto, encontrou-se também, famílias a qual se preocupam com o percurso escolar dos seus educandos, a qual as aspirações futuras já são mais elevadas, apesar de por vergonha ou pela baixa escolaridade e com receio de não compreenderem tudo o que os professores lhes querem transmitir não comparecem nas reuniões de pais, é o animador sociocultural do centro comunitário que assume as responsabilidades, sendo um dos focos principais deste projeto incentivar a presença assídua dos familiares no processo de educação/formação.

O projeto pretende consciencializar a população em geral para o futuro desta nova geração, tanto ao nível dos processos de educação/formação, como ao nível da saúde e bem-estar, de forma a não seguirem pelos mesmos caminhos e abrir novos horizontes, com casos reais e práticos, de modo a perceberem que pessoas na mesma situação social e económica conseguiram lutar e fugir aos caminhos desviantes.

É de referir, que ao longo deste trabalho projeto surgiram alguns contratempos, contudo foram de extrema relevância, de início comecei por aprofundar o diagnóstico e bibliografia de uma área de habitação social, ou seja, uma área legal perante o estado, contudo surgiram diversos entraves onde tive de parar a investigação e procurar outro local, surgiu a oportunidade de aprofundar uma AUGI, a qual estou muito grata, visto que me deu duas perspetivas distintas, apesar das dificuldades apresentadas serem as mesmas tinham problemáticas distintas, a habitação social tinha diversos conflitos fora da área da habitação, sendo que o mesmo é conhecido pela consequência de diversos descatos, a AUGI é o oposto, obrigando assim a trabalhar temáticas distintas, visto que no primeiro o foco principal seria aprofundar e trabalhar os comportamentos desviantes, no segundo o foco são as perspetivas futuras e o estilo de vida saudável.

Deste modo, como já referido anteriormente, este projeto destaca-se pelos factos reais, de forma a cativar e sensibilizar os mais jovens às possíveis perspetivas futuras, destacando, também, o estilo de vida saudável, fugindo ao mundo da criminalidade e ao sedentarismo, alcançando os objetivos pretendidos.

É ainda de referir que o interesse em abordar esta temática já surge à *priori* e as unidades curriculares Planeamento e Avaliação de Educação e Formação e Infância e Juventude: perspetivas transdisciplinares suscitaram, ainda mais, o interesse em criar um projeto de raiz na possibilidade de mais tarde surgir a oportunidade de ser implementado.

Em suma o presente projeto, tornou-se fulcral ao nível do crescimento pessoal e na formação académica pelo facto de ter vivido a experiência de um contexto fora da minha zona de conforto, numa AUGI, sendo que desta forma permitiu que adquirisse novos conhecimentos a nível pessoal, social e laboral necessárias para colocar em pratica neste projeto e no futuro a nível profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alegre, S. C. (2010). O Contributo da Animação Sociocultural para uma Escola de Futuro: Expetativas dos diferentes intervenientes. (Dissertação) Mestrado em Ciências da Educação: Especialização em Animação Sociocultural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, (online). Disponível em: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/730/1/msc_scalegre.pdf
- Ávila, P. (2007). Os contextos da literacia: percursos de vida, aprendizagens e competências-chave dos adultos pouco escolarizados. *Revista de Sociologia*, pp. 307-337.
- Broncano, M e V. Rojo (1986). *La Animation Sociocultural com Education no Formal*. Quintana, M. et al. (1986). *Fundamentos de Animación Sociocultural*. Madrid: Nancea.
- Campos, A. M. (2009). Desemprego e Otimismo: Uma visão do desemprego, sob o prisma da Psicologia da Saúde. (Dissertação), Mestrado em Psicologia da Saúde - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve, (online). Disponível em: <http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/268/1/Optimismo%20%26%20Depress%C3%A3o.pdf>
- Canário, R. (2000). *Educação de Adultos: Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- Carvalho, C. (2009). *Ser Jovem uma Aventura de Risco*. Trabalho de Projeto (Mestrado em Ciências da Educação) –Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Área de Especialização em Formação de Adultos, (online). Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/918/1/17886_ulsd_dep.17576_Projecto_Ser_Jovem_Aventura_Risco_Catarina_Carvalh.pdf
- Capucha, L. (2011). *Planeamento e Avaliação de Projetos: Guião Prático*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Costa, D. C. (2008). *As Áreas Urbanas de Génese Ilegal*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Contributos para um modelo de avaliação de desempenho urbanístico. (online). Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137860850/Dissertacao.pdf>
- Freire, C. M. (2013). *Viver com Qualidade: um Projeto de Intervenção num Bairro Social*. (Relatório de Estágio), Mestrado em Educação – Instituto de Educação da Universidade do Minho. Área de Especialização em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, (online). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29237/1/Carla%20Manuela%20Ara%20BAjo%20Freire.pdf>

- Gaspar, O. (1976). Animação Cultural. Alijó: Edições do Autor.
- Gohn, M. G. (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação, v.14, n50, p.27-38 (online). Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/30405.pdf>
- Jardim, J. (2003). O método da Animação. Porto: AVE.
- Lopes, M. S. (2006). Animação Sociocultural em Portugal. Gráfica do Norte: Amarante, online. Disponível em: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/LOPES_Animacao.pdf
- Pinto, L. C. (2005). Educação não formal. Cadernos d'inducar, (online). Disponível em: <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>
- Perista P. e I. Baptista (2010). A Estruturalidade da Pobreza e da Exclusão Social na Sociedade Portuguesa – Conceitos, Dinâmicas e Desafios para a Ação. Fórum Sociológico nº 20 (II Série, 2010) pp. 39-46 (online). Disponível em: http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/FS20_4artigo.pdf
- Salgueiro, T. B. (s.d.). Bairros Clandestino na periferia de Lisboa, pp. 29-47. Disponível em: revistas.rcaap.pt/finisterra/article/download/2281/1930
- Santos, A. I. (2008). Construção Urbana de Origem Ilegal, Capital Social e Percepção de Problemas: O Caso de Casal de Camba. (Dissertação), Mestrado em Sociologia – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, (online). Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/465/1/TESE_ANA_SANTOS.pdf
- Seabra, T. (2010), Adaptação e Adversidade: o desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico, Lisboa, ICS-UL.
- Sena, S. M. (2013). A situação do desemprego e as estratégias relacionadas com a educação em Portugal: o caso do concelho de Vila Franca de Xira. (Dissertação) Mestrado em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, (online). Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/10208/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Sandra%20Sena%20JANEIRO%202013.pdf>
- Serrano, G. P. (2008). Elaboração de Projetos Sociais: Casos Práticos. Porto editora
- Trilla, J. (1993). La Educacion fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social. Editorial Ariel, 1ª ed, Barcelona.
- Trilla, J. (2004). Animação sócio-cultural: Teorias, programas e âmbitos. Lisboa: instituto Piaget.

FONTES CONSULTADAS

European Anti Poverty Network (online). Disponível em: <http://www.eapn.pt/>

Quadro de indicadores População residente em risco de pobreza ou exclusão social (%) por Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Inquérito às condições de vida e rendimento. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006271&contexto=bd&selTab=tab2

Migrant Integration Policy Index 2015. Disponível em: <http://www.mipex.eu/>

ANEXOS

Anexo A: Entrevista semiestruturada ao Animador Sociocultural

Questões:

1. Como foi criada esta AUGI?
2. Que condições apresentam o bairro?
3. Quais as etnias que ocupam esta AUGI e quantos são os moradores?
4. De uma análise mais interna da comunidade quais as forças e as fraquezas do mesmo?
5. De uma análise mais externa da comunidade quais as oportunidades e as ameaças do mesmo?
6. Qual a taxa de empregabilidade nesta AUGI? E de escolaridade tanto dos adultos como dos jovens?
7. Estas AUGI conta com que apoios?
8. Que atividades são desenvolvidas com as crianças e jovens do bairro? Contam com algum projeto de intervenção?
9. Em geral como classifica esta AUGI?

Anexo B: Focus Group às crianças e jovens do centro comunitário

1. De forma a quebrar o gelo foi feita uma pequena apresentação, mas cada criança tinha de apresentar a pessoa que se encontrava ao seu lado, tinha de dizer o nome, idade e o que gostava mais de fazer.
2. Após a apresentação de todos realizou-se um pequeno debate sobre a escola e o que gostavam de seguir quando crescessem, quais as expectativas e preferências.

INFORMAÇÃO PESSOAL

Ana Rita Marques Antunes



📍 Praça António José de Almeida, 2845-343 Amora (Portugal)

☎ 962159666

✉ riita.antunes@hotmail.com

Sexo Feminino | Data de nascimento 22/05/1992 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01/02/2013–31/05/2013

Estágio Curricular - CAT - Janela Aberta, Seixal (Portugal)

Com um total de 76 horas, no ano letivo de 2013/2014, a principal temática foi crianças em risco, retirados aos pais, por maus tratos, negligências e falta de recursos.

01/02/2015–05/06/2015

Estágio Curricular - CED- Nossa Senhora da Conceição, Casa Pia, Lisboa (Portugal)

Criação e desenvolvimento de um projeto de intervenção com a temática escola/família com os alunos do primeiro ciclo.

24/03/2017–Presente

Parfois, Setúbal (Portugal)

Responsável de Loja.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

14/09/2015–Presente Mestrado em Educação e Sociedade

Instituto Universitário de Lisboa - IUL

01/03/2015–29/05/2015 CCP - Certificado de Competências Pedagógicas

APdEc, Setúbal (Portugal)

17/09/2012–29/05/2015 Licenciatura em Animação e Intervenção Sociocultural

Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação, Setúbal (Portugal)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Competências de comunicação

Boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, adquirida ao longo da minha formação e experiência profissional.

A nível profissional, revelo uma boa capacidade de coordenar um projeto. Boa relação com a equipa de trabalho, procurando solucionar problemas através do diálogo. Participação ativa na planificação e organização de atividades de trabalhos. Procuro incentivar o diálogo.